

Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre de Moraes, relator
da PET n. 12.100

Processo: PET 12.100/DF

Requerente: Delegado de Polícia Federal

Requeridos: Alexandre Ramagem Rodrigues e

outros Relator: Ministro Alexandre de Moraes

ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado regularmente constituído, em atenção ao mandado de intimação recebido em 19.2.2025 e com fundamento do art. 4º da Lei n. 8.038/90, apresentar

RESPOSTA À DENÚNCIA

oferecida pelo Douto Procurador-Geral da República em 18.2.2025, nos termos das razões fáticas e jurídicas a seguir delineadas.

1. Tempestividade

Alexandre Ramagem Rodrigues foi notificado em 19.2.2025 (quarta- feira), para apresentar resposta à denúncia oferecida pela Procuradoria- Geral da República.

Dessa forma, o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação de resposta à acusação, iniciado em 20.2.2025 (quinta-feira), encerra-se em 6.3.2025 (quinta-feira).

2. Inicial acusatória

A inicial acusatória afirmou que Alexandre Ramagem Rodrigues teria integrado, de maneira livre, consciente e voluntária, uma organização criminosa constituída desde pelo menos o dia 29.6.2021 e operando até o dia 8.1.2023, com o emprego de armas (art. 2º da Lei n. 12.850/2013). Essa organização teria utilizado violência e grave ameaça com o objetivo de impedir o regular funcionamento dos Poderes da República (art. 359-L do Código Penal) e depor um governo legitimamente eleito (art. 359-M do Código Penal).

Assinalou, ainda, que Alexandre Ramagem Rodrigues também estaria sujeito às penas do art. 163, parágrafo único, I, III e IV, do Código Penal c/c art. 29 do Código Penal) e do art. 62, I, da Lei n. 9.605/98 c/c art.

29 do Código Penal, já que a suposta organização criminosa teria concorrido, mediante auxílio moral e material, para a destruição, inutilização e deterioração de patrimônio da União, em investida ocorrida, em 8.1.2023, contra as sedes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, com violência à pessoa e grave ameaça, emprego de substância inflamável e gerando prejuízo considerável para a União.

Para tanto, a denúncia apresentada pelo douto Procurador-Geral da República apresentou cenário fático complexo, que teria se desenvolvido ao longo de quase 2 (dois) anos, como assinalado logo em seu início. Confira-se:

“A peça acusatória minudencia trama conspiratória armada e executada contra as instituições democráticas. A conjuração tem antecedentes que a explicam e se desenvolve em fases, momentos e ações ao longo de um tempo considerável. Os delitos descritos não são de ocorrência instantânea, mas se desenrolam em cadeia de acontecimentos, alguns com mais marcante visibilidade do que outros, sempre articulados ao mesmo objetivo – o de a organização, tendo à frente o então Presidente da República Jair Bolsonaro, não deixar o Poder, ou a ele retornar, pela força, ameaçada ou exercida, contrariando o resultado apurado da vontade popular nas urnas. O inquérito revela atentado contra a existência dos três Poderes e contra a essência do Estado de Direito Democrático.”

A denúncia ressaltou que no início do ano de 2021, sobreveio a anulação das condenações criminais impostas a Luiz Inácio Lula da Silva, circunstância que restituiu a elegibilidade àquele que seria o mais forte adversário do então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, no pleito eleitoral de 2022.

Acrescentou a isso o cenário das pesquisas eleitorais da época, que revelaria certo protagonismo do aludido adversário político na preferência do eleitorado.

Diante de um contexto de possível insucesso nas urnas, o *Parquet* afirmou que organização criminosa liderada pelo “*próprio Presidente da República e o seu candidato a Vice-Presidente, o General Braga Neto*”, iniciou a “*execução do plano articulado para a manutenção do poder do Presidente da República não obstante o resultado que as urnas oferecessem no ano seguinte*”.

Segundo a denúncia, o “núcleo crucial” da organização seria

composto por integrantes do alto escalão do Governo Federal e das Forças

Armadas, dentre eles o denunciado Alexandre Ramagem Rodrigues.

Confira-se:

"JAIR MESSIAS BOLSONARO, junto com ALEXANDRE RODRIGUES RAMAGEM, ALMIR GARNIER SANTOS, ANDERSON GUSTAVO TORRES, AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA, PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA e WALTER SOUZA BRAGA NETTO, integrantes do alto escalão do Governo Federal e das Forças Armadas, formaram o núcleo crucial da organização criminosa, mesmo tenha havido adesão em momento distinto. Deles partiram as principais decisões e ações de impacto social que serão narradas nesta denúncia. MAURO CÉSAR BARBOSA CID, embora com menor autonomia decisória, também fazia parte desse núcleo, atuando como porta-voz de JAIR MESSIAS BOLSONARO e transmitindo orientações aos demais membros do grupo."

O plano, segundo a acusação, passava pela descredibilização do sistema eletrônico de votação, “*a fim de deslegitimar possível resultado eleitoral que lhe fosse desfavorável e propiciar condições indutoras da deposição do governo eleito*”, culminando na tomada à força do Poder.

Nesse sentido:

"A ação coordenada foi a estratégia adotada pelo grupo para perpetrar crimes contra as instituições democráticas, os quais não seriam viáveis por meio de um único ato violento. A complexidade da ruptura institucional demandou um iter criminis mais distendido, em que se incorporavam narrativas contrárias às instituições democráticas, a promoção de instabilidade social e a instigação e cometimento de violência contra os poderes em vigor.

A consumação do crime do art. 359-M do Código Penal (“Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo

legitimamente constituído") ocorreu por meio de sequência de atos que visavam romper a normalidade do processo sucessório. Esse propósito ficou evidente nos ataques recorrentes ao processo eleitoral, na manipulação indevida das forças de segurança pública para interferir na escolha popular, bem como na convocação do Alto Comando do Exército para obter apoio militar a decreto que formalizaria o golpe. A organização criminosa seguiu todos os passos necessários para depor o governo legitimamente eleito, objetivo que, buscado com todo o empenho e realizações de atos concretos em seu benefício, não se concretizou por circunstância que as atividades dos denunciados não conseguiram superar — a resistência dos Comandantes do Exército e da Aeronáutica às medidas de exceção.

Os denunciados também encadearam ações para abolir violentamente o Estado Democrático de Direito (art. 359-L do Código Penal). Minaram em manobras sucessivas e articuladas os poderes constitucionais diante da opinião pública e incitaram a violência contra as suas estruturas. As instituições democráticas foram vulneradas em pronunciamentos públicos agressivos e ataques virtuais, proporcionados pela utilização indevida da estrutura de inteligência do Estado. O ímpeto de violência da população contra o Poder Judiciário foi exacerbado pela manipulação de notícias eleitorais baseadas em dados falsos. Ações de monitoramento contra autoridades públicas colocaram em risco iminente o pleno exercício dos poderes constitucionais. Os alvos escolhidos pela organização criminosa somente não foram violentamente “neutralizados” devido à falta de apoio do Alto Comando do Exército ao decreto

golpista, que previa expressamente medidas de interferência nos poderes constitucionais.

As ações progressivas e coordenadas da organização criminosa culminaram no dia 8 de janeiro de 2023, ato final voltado à deposição do governo eleito e à abolição das estruturas democráticas.

Os denunciados programaram essa ação social violenta com o objetivo de forçar a intervenção das Forças Armadas e justificar um Estado de Exceção. A ação planejada resultou na destruição, inutilização e deterioração de patrimônio da União, incluindo bens tombados. Todos os denunciados, em unidade de designios e divisão de tarefas, contribuíram de maneira significativa para o projeto violento de poder da organização criminosa, especialmente para a manutenção do cenário de instabilidade social que culminou nos eventos nocivos. A organização criminosa, por meio de seus integrantes, direcionou os movimentos populares e interferiu nos procedimentos de segurança necessários, razão pela qual responde pelos danos causados, conforme os art. 163, parágrafo único, I, III e IV, do Código Penal e no art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998.”

Os atos executórios voltados a concretizar o intento da suposta organização, segundo a peça de acusação, tiveram início em meados de 2021, quando o então Presidente Jair Messias Bolsonaro passou a adotar crescente tom de ruptura com a normalidade institucional nos seus repetidos pronunciamentos públicos, mostrando-se descontente com decisões de tribunais superiores e com o sistema eleitoral eletrônico em vigor¹. Seu objetivo, segundo o Ministério Público, seria o de “*inocular sentimento de indignação e revolta nos seus apoiadores*”, tornando, assim, “*aceitável e até esperável o recurso à força contra um resultado eleitoral em que o seu adversário político mais consistente*

triunfasse".

¹ A inicial acusatória realçou Jair Messias Bolsonaro teria inaugurado "seus ataques ao sistema eleitoral brasileiro ainda durante a campanha presidencial de 2018 e persistiu na narrativa infundada de fraude, após ser eleito. A fraude, que nunca conseguiu nem descrever nem demonstrar, teria impedido que se houvesse sagrado vencedor das eleições de 2018 desde o primeiro turno".

A esse respeito, salientou que, em 29.7.2021, o então Presidente, em transmissão ao vivo pela internet (*live*), “*retomou as críticas, embora vencidas, ao sistema eletrônico de votação e exaltou a atuação das Forças Armadas*”.

Na *live*, transmitida ao vivo pelo *Youtube* e *Facebook*, Jair Messias Bolsonaro teria realçado a falta de segurança das urnas eletrônicas e a ausência de transparência na contagem de votos, sem apresentar elementos concretos para embasar suas colocações. Para além disso, teria lançado “*invectivas contra o que antecipou como sendo interferências de Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral no resultado das eleições*”, incitando “*publicamente a intervenção das Forças Armadas*”.

A denúncia salientou que se fizeram presentes o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, então Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, e Anderson Gustavo Torres, então Ministro da Justiça, que teria participadoativamente da transmissão.

A denúncia prosseguiu afirmando que, em 3.8.2021, o então Presidente teria concedido entrevista em que “*insinuou a tomada de medidas de força contra o Judiciário, evidentemente contra os seus tribunais de cúpula*”.

Segundo o *Parquet*, no dia seguinte – 4.8.2021 –, Jair Messias Bolsonaro realizou nova *live*, transmitida pelo canal Jovem Pan no *YouTube*, em que teria afirmado que “*o código-fonte das urnas eletrônicas, no período eleitoral de 2018, teria sido acessado por um hacker, que poderia ter interferido no resultado do pleito*”, fato que teria chegado ao conhecimento do Tribunal Superior Eleitoral. O Presidente teria acusado o Tribunal de “*destruir ou ocultar provas sobre os fatos e se dirigiu ao Ministro Luís Roberto Barroso, dizendo-o um mentiroso*”.

A inicial prosseguiu afirmando que no dia 7.9.2021, em discursos proferidos em Brasília e em São Paulo, por ocasião da data comemorativa

de “7 de setembro”, o Presidente da República “*insufiou seus apoiadores contra membros do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal*”, proferindo “ataques ao Ministro Roberto Barroso e, especialmente, ao Ministro Alexandre de Moraes”, além de ameaçar o então Presidente da Corte Suprema, Ministro Luiz Fux, e tornado “a atacar o sistema eletrônico de votação”.

Já em 5.7.2022, no curso de reunião ministerial, o então Presidente da República teria cobrado “do alto escalão de seu governo a multiplicação dos ataques às urnas eletrônicas e ao processo eleitoral”, fazendo ataques ao seu principal adversário na corrida eleitoral, bem como à credibilidade do sistema eletrônico de votação.

Segundo o Ministério Público, o “encontro serviu para estimular a propagação de notícias falsas e para alimentar o ímpeto de rebeldia, antecipando situação de fracasso eleitoral”, e que o alinhamento dos pronunciamentos dos presentes “reforçou o vínculo subjetivo existente entre os que se dispuseram à solução de violência institucional”.

A denúncia citou, ainda, reunião do então Presidente da República com “representantes diplomáticos estrangeiros acreditados no país, bem como diversas autoridades brasileiras”, ocorrida no Palácio da Alvorada, em 18.7.2022.

Segundo a acusação, os presentes “ouviram comunicação sobre a falta de confiabilidade do sistema eletrônico de votação e apuração adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral”, e que se estaria “na iminência de se realizarem eleições viciadas e ilegítimas, maliciosamente dirigidas para beneficiar o seu principal adversário”, com a anuência dos Ministros da Corte Suprema e da Corte Superior Eleitoral.

O discurso do Presidente na ocasião, que teria contado com ampla repercussão midiática, se encaixaria “na estratégia maior de

enfraquecimento

do Estado Democrático de Direito, no âmbito nacional e internacional” e teria como propósito “incutir na sociedade o sentimento de insubordinação aos poderes constituídos”.

Em paralelo aos discursos do então Presidente da República, o *Parquet* realçou a atuação de “influenciadores digitais” na internet, que seriam municiados por integrantes da suposta organização criminosa, para atacar os opositores da organização e o sistema eletrônico de votação.

A denúncia prosseguiu afirmando que durante o 2º turno das Eleições de 2022, no âmbito do Ministério da Justiça, teriam sido “*ilicitamente mobilizados aparatos de órgãos de segurança para mapear lugares em que o candidato da oposição obtivera votação mais expressiva no primeiro turno*”. A partir disso, a Polícia Rodoviária Federal “*foi levada a realizar aí operações, visando a dificultar o acesso tempestivo dos eleitores cadastrados a essas zonas eleitorais*”.

Após o insucesso nas urnas, o então Presidente e autoridades que o cercavam, durante os meses de novembro e dezembro de 2022, teriam atuado “*para pressionar o Comandante do Exército e o Alto Comando*”, tendo o Ministro da Defesa se reunido com “*os Comandantes militares para lhes propor ato consumativo de golpe*”, a quem teria sido dirigida campanha de ódio em meio virtuais, em razão de sua recalcitrância; teriam sido elaboradas “*minutas de atos de formalização de quebra da ordem constitucional*”, bem como suposto plano cujo objetivo era “*a morte do Presidente da República e do Vice-Presidente da República eleitos, bem como a de Ministro do Supremo Tribunal Federal*” (denominado “Punhal Verde Amarelo”).

Segundo a acusação, os planos supostamente urdidos nos dois últimos meses de 2022 “*culminaram no que a organização criminosa*

denominou de Operação Copa 2022”, destinado a criar “comoção social capaz de arrastar o

Alto Comando do Exército à aventura do golpe", o qual não teria sido posto em prática "por não haverem conseguido, na última hora, cooptar o Comandante do Exército".

O Parquet realçou, todavia, que mesmo sentindo-se frustrados, os integrantes da suposta organização "*não desistiram da tomada violenta do poder nem mesmo depois da posse do Presidente da República eleito*", prosseguindo com "*campanhas pela intervenção militar*", residindo, sua última esperança, "*na manifestação de 8 de janeiro*", o que os levou a incentivar a "*mobilização do grupo de pessoas em frente ao Quartel General do Exército em Brasília, que pedia a intervenção militar na política*".

Assim, no fatídico dia 8.1.2023, uma multidão se deslocou à Praça dos Três Poderes, o que culminou na invasão "*dos prédios que sediam os Poderes da República, com destruição do patrimônio público, sob palavras de ódio e selvagens conlamações à tomada dos Poderes*". Esse episódio, segundo a denúncia, "*foi fomentado e facilitado pela organização denunciada*", que deve ser responsabilizada "*por promover atos atentatórios à ordem democrática, com vistas a romper a ordem constitucional, impedir o funcionamento dos Poderes, em rebeldia contra o Estado de Direito Democrático*".

2.1. Fatos especificamente imputados ao denunciado

A denúncia afirmou que Alexandre Ramagem Rodrigues teria integrado o núcleo essencial da alegada organização criminosa e atuado na construção das mensagens que passaram a ser difundidas pelo então Presidente da República a partir de 29.7.2021.

Segundo a inicial:

"Para deflagrar o plano criminoso, JAIR MESSIAS BOLSONARO contou com o auxílio direto de AUGUSTO HELENO RIBEIRO

PEREIRA, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) à época, e ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES, Delegado de Polícia Federal e então Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. As investigações revelaram o importante papel dos dois denunciados na construção e direcionamento das mensagens que passaram a ser difundidas em larga escala pelo então Presidente da República a partir do dia 29.7.2021.

Os documentos apreendidos em poder de AUGUSTO HELENO e ALEXANDRE RAMAGEM confirmaram o alinhamento ideológico de ambos e a existência de uma ação conjunta para a preparação da narrativa difundida por JAIR MESSIAS BOLSONARO.”

A fim de embasar as acusações direcionadas ao denunciado, a denúncia citou a existência de três arquivos digitais encontrados pela Polícia Federal em computadores utilizados por Alexandre Ramagem Rodrigues.

O primeiro deles foi o arquivo intitulado “Presidente TSE informa.docx”, criado em 10.7.2021 e cuja de modificação final ocorrera em 27.7.2021, pelo usuário “aramagem@yahoo.com”.

A inicial realçou o fato de a última alteração do documento ter ocorrido apenas dois dias antes da *live* transmitida em 29.7.2021 e ter sido redigido em primeira pessoa, para afirmar que não haveria “dúvida de que ali se encontravam as orientações pessoais de ALEXANDRE RAMAGEM ao então Presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO”.

Embora Alexandre Ramagem Rodrigues tenha ressaltado em seu depoimento à Polícia Federal que “costumava escrever textos de fontes abertas para comunicação de fatos de possível interesse do então

Presidente da República", mas que "isso não quer dizer que tenha transmitido ao presidente a totalidade ou parte dos argumentos que foram redigidos", a denúncia afirmou

expressamente que os arquivos teriam sido compartilhados com Jair Messias Bolsonaro, assinalando ter sido identificada “*convergência do trecho do arquivo “Presidente TSE informa.docx” com o conteúdo do documento “DD1E3DDA-393D-49D8-A8B3-C64DF210AD14.large.JPG”* (print de mensagem), encontrado num diálogo entre RAMAGEM e o interlocutor de nome “JB 01 8””, supostamente o então Presidente da República.

O segundo documento citado na denúncia foi aquele intitulado “*Bom dia Presidente.docx*”, também vinculado ao usuário “aramagem@yahoo.com”. O documento fora criado em 4.3.2020 e sua derradeira modificação ocorreu em 11.3.2021, onde teria sido relatada a “*criação de um grupo técnico para desacreditar as urnas eletrônicas*”.

Segundo a denúncia, esse segundo documento revelaria que Alexandre Ramagem Rodrigues, “*desde a fase preparatória da trama criminosa, já contava com a “ajuda” de ANGELO MARTINS DENICOLI*”.

O terceiro documento mencionado pelo *Parquet*, do tipo nota, foi o “*PR Presidente*”, “*com metadados de criação em 5.5.2020 e modificação final em 21.3.2023*”. Segundo a acusação, para além de “*novas anotações contrárias às urnas eletrônicas e favoráveis à intervenção das forças armadas*”, identificou- se “*sugestão de que o Presidente se utilizasse da estrutura da Advocacia-Geral da União (AGU) para emitir atos que tornassem devido o descumprimento, pela Polícia Federal, de ordens judiciais que desagradassem o grupo*”.

Sobre esse terceiro documento, a inicial acusatória ressaltou:

“*A orientação de ALEXANDRE RAMAGEM é idêntica à anotação encontrada na agenda de AUGUSTO HELENO, a respeito de plano para descumprir decisões judiciais sensíveis ao grupo. Nos mesmos moldes da nota de RAMAGEM, propunha que o*

ex-Presidente da República utilizasse a estrutura da Advocacia-Geral da União (AGU) para emissão de parecer que dessem calço à desobediência a decisões

judiciais, pretextando manifesta ilegalidade. O plano consistia em coagir a Polícia Federal a ignorar as ordens emanadas pelo Supremo Tribunal Federal, com isso escudando JAIR BOLSONARO e a organização criminosa.”

Com base nisso, o *Parquet* concluiu que:

“A conexão entre os documentos de AUGUSTO HELENO e ALEXANDRE RAMAGEM confirmam que os múltiplos ataques disseminados por JAIR MESSIAS BOLSONARO ao processo eleitoral e às instituições democráticas, a partir do dia 29.7.2021, não foram aleatórios e representavam a primeira etapa de um plano de permanência no poder com desprezo das estruturas constitucionais.”

Para além disso, a denúncia afirmou que “*a organização criminosa se valia fortemente do meio digital para atacar os seus opositores e o sistema eleitoral*”.

Disse que os mesmos alvos apontados publicamente pelo então Presidente da República eram atingidos de forma simultânea em ambiente virtual, “*com a criação e multiplicação de notícias falsas*”, circunstância que revelaria uma ação coordenada.

Segundo o *Parquet*, a construção desses ataques virtuais envolvia a utilização indevida da estrutura de inteligência do Estado, tendo sido instalada uma “*estrutura paralela no órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência – a ABIN*”.

A acusação afirmou que a estrutura seria composta por policiais federais cedidos à ABIN e oficiais de inteligência que atuavam sob o comando do denunciado Alexandre Ramagem Rodrigues, realçando a atuação do policial federal Marcelo Araújo Bormevet e do Sargento do Exército Giancarlo Gomes Rodrigues. Confira-se:

“A estrutura era composta por policiais federais cedidos à ABIN e oficiais de inteligência que atuavam sob o comando do então Diretor- Geral ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES. Entre eles ressaíam o Policial Federal MARCELO ARAÚJO BORMEVET e o Sargento do Exército, ao tempo cedido à ABIN, GIANCARLO GOMES RODRIGUES. O núcleo atuava como central de constrainteligência da organização criminosa que, por meio dos recursos e ferramentas de pesquisa da ABIN, produzia desinformação contra seus opositores.

À época, a ABIN se encontrava formalmente subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional, chefiada pelo General AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA, que tinha pleno domínio sobre as ações clandestinas realizadas pela célula. Em suas anotações pessoais, foram encontrados registros sobre a utilização da estrutura da ABIN para fins escusos. O manuscrito registrava, por exemplo: “Vicente Cândido (ex-deputado PT). É o novo Vaccari. ABIN está de olho nele” e descrevia: “PF preparando uma sacanagem grande”.”

Ainda segundo a denúncia, a “célula infiltrada na Agência Brasileira de Inteligência foi descoberta a partir da identificação de desvios no uso da aplicação FIRST MILE, que permitia o acesso ao serviço de localização georreferenciada de dispositivos móveis em tempo real”, ferramenta que teria sido “utilizada para obter a localização dos personagens-alvo que, de alguma forma, contrariavam os interesses da organização criminosa”.

Sobre as atividades da suposta estrutura paralela de inteligência, o Ministério Público pontuou que Giancarlo Gomes Rodrigues, subordinado ao policial Marcelo Bormevet, “foi diretamente responsável por 887 (oitocentos e oitenta e sete) pesquisas no sistema FIRST MILE,

além de outros possíveis acessos realizados por meio de senhas compartilhadas”.

A denúncia assinalou que os alvos, indicados por Bormevet, não guardariam relação com “*decisões estratégicas de Estado ou do trabalho regular na Agência Brasileira de Inteligência*”, e que ele e Giancarlo teriam produzido material “*posteriormente repassado a vetores de propagação em redes sociais (perfis falsos e perfis cooptados); os verdadeiros beneficiários políticos da desinformação eram, assim, distanciados dos ilícitos*”.

O Ministério Público disse que o grupo infiltrado na ABIN foi o autor de diversos ataques virtuais a alvos que contrariavam os interesses da organização e que “*as ações da célula de constrainteligência intensificaram-se a partir da radicalização dos discursos públicos de JAIR BOLSONARO, em meados de 2021*”.

A acusação realçou a existência de documento intitulado “Positivo.docx”, com metadados de criação em 2.8.2021, e modificação final na mesma data, que teria sido encontrado em meio ao material eletrônico vinculado ao denunciado Alexandre Ramagem Rodrigues.

Sobre o documento, a inicial acusatória pontuou:

“*O documento de três páginas contém informações a respeito da empresa Positivo Tecnologia, que fabricou parte das urnas eletrônicas para o pleito eleitoral de 2022. Os dados encontrados se referiam ao corpo societário da empresa, seus controladores, acionistas, bem como o histórico de doações eleitorais de sócios e pessoas relacionadas à empresa.*

As informações compiladas serviram de fonte para criar informações inverídicas relacionadas aos Ministros do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, com o objetivo de desacreditá-los e o processo eleitoral. (...)”

A acusação deu especial destaque a diálogos que teriam sido mantidos entre Marcelo Bormevet e Giancarlo Rodrigues, a fim de demonstrar como o aludido documento teria sido utilizado pelos referidos agentes de inteligência para a criação de e disseminação de desinformação, para, ao final, ressaltar que:

“As ações ilícitas realizadas pela denominada “ABIN Paralela”, de forma indubitável, consistem em atos executórios relevantes do plano de crimes contra as instituições democráticas, por potencializarem a animosidade social contra as instituições, enfraquecendo-as e restringindo-lhes o exercício.”

A denúncia concluiu afirmando que ações ilícitas dos agentes de inteligência não teriam se resumido à produção de informações falsas e à promoção de ataques virtuais, já que o sistema brasileiro de informação também teria sido utilizado *“em momento posterior do iter criminis, para o monitoramento clandestino de autoridades públicas, alvos de ações programadas com mais violência”*.

3. Razões para a improcedência das acusações

A inicial acusatória apresentou um enredo que descreve uma trama conspiratória contra o Estado Democrático de Direito, envolvendo a participação de vários agentes.

A trama exposta na denúncia teria tido início em meados de 2021, encerrando-se com os fatídicos eventos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, na Capital Federal.

Por se cuidar de narrativa que envolve concurso de agentes, a inicial buscou individualizar as condutas de cada um dos acusados, atribuindo-lhes, contudo, idêntica imputação criminal, a prática dos

mesmos crimes.

É bem verdade que o recebimento da denúncia não é o “momento adequado para a apreciação do verdadeiro dispositivo legal violado, até mesmo porque o magistrado não fica vinculado à classificação do crime feita na denúncia”².

No entanto, não se pode perder de vista que a imputação criminal, entendida “como a atribuição de fato delituoso a alguém”, presta-se à “efetivação do contraditório e como garantia do exercício da defesa”³.

Nesse contexto, não obstante o inegável brilhantismo intelectual e jurídico de seu subscritor, a estratégia apresentada na inicial acusatória, de narrar uma trama conspiratória contra as instituições democráticas, encadeada em várias camadas, apresentando diferentes fatos de diferentes gravidades, praticados por diferentes agentes, como se entre eles houvesse absoluta vinculação e unidade de desígnios, para, ao final, atribuir a todos os supostos envolvidos a prática de idênticos crimes, compromete gravemente o direito de defesa.

Como se passa a demonstrar, a narrativa empreendida na denúncia atribui a Alexandre Ramagem Rodrigues responsabilidade por atos que lhe são absolutamente estranhos, desconsiderando circunstâncias de conhecimento público, como, apenas a título de exemplo, o fato de o denunciado ter deixado de integrar o Governo Federal no mês de março de 2022⁴, com vistas à disputa das Eleições de 2022.

A inicial acusatória afirmou textualmente que o “núcleo crucial da organização criminosa” seria composto por “integrantes do alto escalão do Governo Federal e das Forças Armadas”.

² LIMA, Renato Brasileiro de. *Código de Processo Penal Comentado*, 5^a ed., rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2020, p. 283.

³ Idem, p. 275.

⁴ 02. Exoneração Alexandre Ramagem ABIN.

Para além disso, no cenário fático narrado pelo Ministério Público houve um claro recrudescimento nas intenções e atos dos integrantes da organização criminosa que menciona, a partir do dia 5.7.2022.

A narrativa da denúncia apresenta uma série de eventos que estariam interligados, com a finalidade de demonstrar que, desde o ano de 2021, desenhava-se uma trama conspiratória com a clara finalidade de perpetuação de grupo político no poder, se necessário com o uso da força.

Ao fazê-lo, a inicial narrou os pronunciamentos do então Presidente da República, ocorridos no dia 7 de setembro de 2021 e, logo após, a reunião ministerial ocorrida no dia 5.7.2022.

Não obstante o teor dos pronunciamentos de Jair Bolsonaro naquele “7 de setembro”, é importante observar que o então Presidente voltou atrás, retratando-se do que havia dito. No dia 9 de setembro de 2021, Jair Bolsonaro divulgou nota em que afirmou não ter tido intenção alguma de agredir quaisquer dos Poderes da República, ressaltando, ainda, as qualidades de jurista e professor do Ministro Alexandre de Moraes, alvo direto de seus discursos em 7 de setembro de 2021⁵.

Na ordem cronológica da denúncia, em 5 de julho de 2022, segundo a acusação, o tom adotado teria sido outro, mais incisivo e bélico, já que integrantes do Governo Federal, por ocasião de reunião ministerial, teriam mencionado possível recurso à força para se manterem no poder. Confira- se:

“A reunião se encerrou com a mensagem clara de que a organização, sem aguardar o resultado das eleições, já executava atos para desmerecer a vontade popular e

permanecer no poder de forma autoritária. O encontro serviu para estimular a propagação de notícias

5

<https://www.conjur.com.br/2021-set-09/bolsonaro-recua-agora-chama-alexandre-jurista-professor/>

falsas e para alimentar o ímpeto de rebeldia, antecipando situação de fracasso eleitoral.

O alinhamento dos pronunciamentos reforçou o vínculo subjetivo existente entre os que se dispuseram à solução de violência institucional. Concatenou-se um discurso coeso, voltado para mobilizar agentes públicos de alto escalão contra o funcionamento regular do sistema democrático.”

Como se vê, a narrativa apresentada na denúncia demonstra claramente uma radicalização de falas e atos a partir do ano de 2022, mais precisamente a partir de julho de 2022, momento em que Alexandre Ramagem Rodrigues não mais integrava o Governo Federal, já tendo sua atenção há meses voltada à disputa eleitoral que se avizinhava, disputa para a qual arduamente se empenhou, tanto que foi eleito deputado federal nas Eleições de 2022.

Não obstante, a denúncia lhe imputou responsabilidade por toda a cadeia de eventos que narrou, recriminando-o por fatos dos quais nem indiretamente participou, chegando ao ponto de lhe imputar a prática do crime tipificado no art. 359-L do Código Penal (*“Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais”*).

Com a mais respeitosa vénia devida, carece de razoabilidade a afirmação de que uma pessoa que acabara de ser eleita deputado federal, após tanto esforço e dispêndio de recursos materiais e pessoais em acirrada disputa eleitoral, fosse capaz de atentar contra os “poderes constitucionais”, visando abolir o Estado Democrático de Direito. Alexandre Ramagem Rodrigues acabara de ser eleito membro de um dos Poderes da República, a duras penas.

Meses de campanha, meses de sacrifício e planejamento que resultaram em êxito eleitoral teriam simplesmente sido jogados na “lata do lixo”, porque o denunciado pretendemente estaria imbuído de atentar contra o Estado Democrático de Direito, contra o funcionamento de um Poder da República para o qual acabara de ser escolhido integrante. Reiterando mais uma vez a vênia devida, essa afirmação não é minimamente razoável.

3.1. Organização criminosa (art. 2º da Lei n. 12.850/2013)

A denúncia imputou a Alexandre Ramagem Rodrigues a prática do crime do art. 2º da Lei n. 12.850/2013, que tipifica a conduta de *“Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa”*.

Segundo a acusação:

“JAIR MESSIAS BOLSONARO, junto com ALEXANDRE RODRIGUES RAMAGEM, ALMIR GARNIER SANTOS, ANDERSON GUSTAVO TORRES, AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA, PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA e WALTER SOUZA BRAGA NETTO, integrantes do alto escalão do Governo Federal e das Forças Armadas, formaram o núcleo crucial da organização criminosa, mesmo tenha havido adesão em momento distinto. Deles partiram as principais decisões e ações de impacto social que serão narradas nesta denúncia. MAURO CÉSAR BARBOSA CID, embora com menor autonomia decisória, também fazia parte desse núcleo, atuando como porta-voz de JAIR MESSIAS BOLSONARO e transmitindo orientações aos demais membros do grupo.”

Como se pode notar, Alexandre Ramagem, segundo o *Parquet*, não apenas integraria a aludida organização criminosa, mas também faria parte de seu “núcleo crucial”, exclusivamente composto de pessoas pertencentes ao alto escalão do Governo Federal e das Forças Armadas.

Como indícios da participação de Alexandre Ramagem no mencionado “núcleo crucial” da organização, a acusação cita três arquivos de texto encontrados em computadores que seriam utilizados pelo denunciado, um *print* de mensagem de *WhatsApp* e o fato de ele ter ocupado o cargo de Diretor-Geral da ABIN.

O primeiro ponto digno de realce é a omissão da peça acusatória quanto ao fato de Alexandre Ramagem ter sido exonerado do cargo de Diretor-Geral da ABIN em 30 de março de 2022⁶, a fim de participar da disputa eleitoral realizada naquele ano.

O fato é de elevada importância, já que a denúncia expressamente limita o “núcleo crucial” da aludida organização criminosa a integrantes do “alto escalão do Governo Federal e das Forças Armadas”.

Como ressaltado, a narrativa empreendida na denúncia tem a clara intenção de demonstrar a existência de uma trama iniciada em 2021, de um contexto único integrado por vários eventos, cujo escopo era a manutenção de Jair Messias Bolsonaro no poder, ainda que fosse necessário o recurso à força.

O enredo apresentado pela acusação é, como referido, encadeado por vários eventos ali descritos. E como mencionado, é possível notar, na narrativa acusatória, claro recrudescimento de falas, atos e intenções entre os anos de 2021 e 2022.

⁶ 02. Exoneração Alexandre Ramagem ABIN

O último evento realçado na inicial que teria ocorrido no ano de 2021 foram os pronunciamentos do então Presidente da República por ocasião das comemorações do “7 de setembro”.

Segundo a denúncia, em discursos proferidos na Capital Federal e em São Paulo/SP, Jair Messias Bolsonaro teria atacado o sistema eletrônico de votação, os Ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, além de ameaçar o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux.

A denúncia deixou de mencionar, no entanto, que dois dias depois, em 9 de setembro de 2021, o então Presidente da República, retratou-se publicamente, ao divulgar nota com o seguinte teor:

“No instante em que o país se encontra dividido entre instituições é meu dever, como Presidente da República, vir a público para dizer:

1. Nunca tive nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes. A harmonia entre eles não é vontade minha, mas determinação constitucional que todos, sem exceção, devem respeitar.

2. Sei que boa parte dessas divergências decorrem de conflitos de entendimento acerca das decisões adotadas pelo Ministro Alexandre de Moraes no âmbito do inquérito das fake news.

3. Mas na vida pública as pessoas que exercem o poder não têm o direito de “esticar a corda”, a ponto de prejudicar a vida dos brasileiros e sua economia.

4. Por isso quero declarar que minhas palavras, por vezes contundentes, decorreram do calor do momento e dos embates

que sempre visaram o bem comum.

5. *Em que pesem suas qualidades como jurista e professor, existem naturais divergências em algumas decisões do Ministro Alexandre de Moraes.*

6. *Sendo assim, essas questões devem ser resolvidas por medidas judiciais que serão tomadas de forma a assegurar a observância dos direitos e garantias fundamentais previsto no Art 5º da Constituição Federal.*

7. *Reitero meu respeito pelas instituições da República, forças motoras que ajudam a governar o país.*

8. *Democracia é isso: Executivo, Legislativo e Judiciário trabalhando juntos em favor do povo e todos respeitando a Constituição.*

9. *Sempre estive disposto a manter diálogo permanente com os demais Poderes pela manutenção da harmonia e independência entre eles.*

10. *Finalmente, quero registrar e agradecer o extraordinário apoio do povo brasileiro, com quem alinho meus princípios e valores, e conduzo os destinos do nosso Brasil.*

DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA”

É importante registrar que a denúncia afirmou expressamente que os pronunciamentos do então Presidente da República tinham a finalidade de “*inculcar sentimento de indignação e revolta nos seus apoiadores e com o propósito de tornar aceitável e até esperável o recurso à força contra um resultado eleitoral em que o seu adversário político mais consistente triunfasse*”.

A nota tornada pública em 9 de setembro de 2021 claramente foi de encontro à finalidade sugerida pela acusação, de disruptão com o

sistema democrático vigente, já que o seu teor prega a serenidade, o diálogo e o respeito às instituições. Em termos muito coloquiais, representou verdadeiro “banho de água fria” no alegado sentimento de indignação e

revolta que, segundo a denúncia, o então Presidente almejava incutir em seus apoiadores.

É relevante realçar os fatos ocorridos em 7 e 9 de setembro de 2021, a fim de cotejá-los com o evento a seguir abordado no enredo exposto na denúncia, havido em 5 de julho de 2022, que apresenta contornos muito diferentes, tanto em gravidade quanto em contundência.

Segundo a denúncia, em reunião ministerial realizada em 5 de julho de 2022, os denunciados ali presentes teriam proferido ataques ao sistema eletrônico de votação, sugerindo o risco de fraude nas eleições, assim como ao concorrente Luiz Inácio Lula da Silva, imputando-lhe relações com a narcotráfico. Teria sido expressamente cogitada a necessidade de adoção de “ações agressivas”, dado o risco de fracasso na disputa eleitoral. Instigou-se, segundo a acusação, a possibilidade de intervenção das Forças Armadas no processo eleitoral, inclusive com o uso da força.

Os fatos delineados na inicial acusatória, a partir de 5 de julho de 2022, descortinam cenário de absoluto recrudescimento, tanto de pronunciamentos públicos, como de atos concretos que teriam sido praticados pelos envolvidos, sendo possível citar, a esse respeito, eventos citados na denúncia como a reunião de Jair Bolsonaro com representantes diplomáticos, interferências de órgãos de segurança pública durante a realização do segundo turno das eleições e medidas que teriam sido urdidas nos meses de novembro e dezembro de 2022, que, segundo a narrativa da inicial, apresentaram graves contornos de ilicitude.

Ocorre que o denunciado Alexandre Ramagem Rodrigues não tomou parte de quaisquer desses fatos, já que, a partir de março de

2022, afastou- se do Governo Federal com um propósito muito claro, cuidar do planejamento de sua campanha eleitoral, da pré-campanha e da disputa em si.

É importante reiterar este dado objetivo: os integrantes do “núcleo crucial” da alegada organização criminosa tinham uma característica em comum: todos eles, segundo a acusação, integravam o alto escalão do Governo Federal e das Forças Armadas. Alexandre Ramagem Rodrigues, a partir de março de 2022, antes do recrudescimento das ações do alegado grupo – segundo a inicial – perdeu essa condição, deixou de integrar o Governo Federal.

Em nenhum dos eventos narrados na denúncia no ano de 2022, em nenhum deles, frise-se, sequer há menção ao nome de Alexandre Ramagem Rodrigues. Sequer menção!

E mais, Mauro César Barbosa Cid, personagem crucial na narrativa apresentada na denúncia, já que, *“embora com menor autonomia decisória, também fazia parte desse núcleo, atuando como porta-voz de JAIR MESSIAS BOLSONARO e transmitindo orientações aos demais membros do grupo”*, figurando como uma das principais fontes de obtenção de elementos de informação nas investigações, na condição de colaborador premiado, não conferiu papel de destaque algum ao denunciado Alexandre Ramagem Rodrigues.

Este ponto merece amplo realce. O colaborador Mauro César Barbosa Cid, figura central na trama apresentada na denúncia, já que lhe competia transmitir orientações aos demais membro da alegada organização, sequer fez alusão, em seus depoimentos, ao suposto papel de relevância que teria Alexandre Ramagem nos eventos narrados na inicial acusatória. Não obstante o *Parquet* tenha afirmado que o denunciado integraria o “núcleo crucial” da suposta organização, os depoimentos de Mauro Cid infirmam a alegação, já que Alexandre Ramagem Rodrigues não mereceu sequer papel secundário no cenário fático revelado pelo colaborador.

Isso porque, como se passa a demonstrar, Alexandre Ramagem Rodrigues jamais integrou a alegada organização criminosa que seria vocacionada à deposição do Estado Democrático de Direito. Longe disso, aliás, pois o propósito do denunciado era o de integrar um dos Poderes da República, o Legislativo, pela via democrática, projeto posto em prática com notório êxito.

Para justificar a inclusão de Alexandre Ramagem Rodrigues naquilo que denominou “núcleo crucial” da organização criminosa a qual se referiu, o Ministério Público mencionou o fato de o denunciado ter integrado o alto escalão do Governo Federal, na condição de Diretor-Geral da ABIN – desconsiderando o fato de sua exoneração do cargo em março de 2022 –, embasando-se ainda em arquivos de texto encontrados em computadores utilizados pelo denunciado e na conduta de dois servidores lotados na ABIN.

3.1.1. Arquivos de texto citados pela acusação

Sobre os arquivos de texto a que se referem a denúncia, é importante assinalar, de início, que seu conteúdo não descortina suposto uso do serviço de inteligência brasileiro de inteligência na sua produção. O conteúdo dos textos demonstra a externalização de opiniões, nada mais do que isso.

É interessante notar que a denúncia expressamente imputada ao denunciado, sobretudo a partir do exame desses arquivos de texto, que teria supostamente atuado na construção da mensagem que seria difundida pelo Presidente da República contra a credibilidade do sistema eletrônico de votação.

Poder-se-ia ao menos cogitar disso caso o conteúdo dos textos trouxessem novas informações, dados inéditos, elementos produzidos a partir de indevida utilização do serviço de inteligência da ABIN.

Mas, ao contrário, o conteúdo dos três arquivos de texto apenas revela convergência com aquilo que já era propagado pelo então Presidente da República, segundo, aliás, a própria denúncia. Nada de novo, nenhum acréscimo de argumento ou ineditismo nos fundamentos. O conteúdo dos textos simplesmente se alinhava com um discurso que a própria denúncia afirmava que já seria utilizado por Jair Messias Bolsonaro.

Alexandre Ramagem Rodrigues não atuou na construção de mensagem alguma. Apenas discorreu naqueles arquivos de texto sobre o pensamento que, segundo o *Parquet*, já seria há muito externalizado pelo Presidente da República⁷. Nada de novo, nada de inédito. Apenas opiniões que convergiam com o pensamento, que segundo a acusação, já era publicizado pelo então Presidente.

Aliás, ao se referir ao primeiro dos arquivos que mencionou, intitulado “Presidente TSE informa.docx”, afirmou ter sido criado em 10.7.2021, com modificação final em 27.7.2021, pelo usuário “aramagem@yahoo.com”.

Segundo a acusação, o fato de a última alteração do documento ter ocorrido apenas dois dias antes da *live* transmitida em 29.7.2021 indicaria que se tratou de orientações do denunciado ao Presidente da República.

⁷ Vale ressaltar que Jair Messias Bolsonaro, pelo menos desde 2015, já militava publicamente pela necessidade de adoção do chamado “voto auditável”, quando apresentou, inclusive, Emenda à PEC 344/2013, justamente para prever o voto impresso auditável, temática aprovada, na ocasião, em primeiro turno na Câmara dos Deputados, mas rejeitada no Senado.

No entanto, a inicial acusatória não se desincumbiu de seu ônus de demonstrar mínima utilização daquele conteúdo na aludida *live*, limitando-se a fazer alusão à data da modificação final do arquivo.

Vale ressaltar que, para além de Alexandre Ramagem Rodrigues não ter tomado parte na referida transmissão ao vivo, o conteúdo do arquivo demonstra que o denunciado se limitou a fazer considerações genéricas sobre suposta fragilidade do sistema eletrônico de votação. Não há ali nenhuma nova informação, nenhum argumento ou dado inédito sobre o tema, mas simples externalização de opinião. Opinião, nada mais.

Por mais censurável possa ser a interpretação do conteúdo do arquivo, trata-se de mera reiteração daquilo que, segundo a própria denúncia, o então Presidente da República já vinha afirmando publicamente.

O segundo documento citado na denúncia para justificar a inclusão do denunciado naquilo que denominou “núcleo crucial” da alegada organização foi aquele intitulado “*Bom dia Presidente.docx*”, também vinculado ao usuário “aramagem@yahoo.com”.

Segundo a acusação, o documento fora criado em 4.3.2020 e sua derradeira modificação ocorreu em 11.3.2021, onde Alexandre Ramagem Rodrigues teria relatado a “*criação de um grupo técnico para desacreditar as urnas eletrônicas*”.

A denúncia assinalou que o segundo documento revelaria que Alexandre Ramagem Rodrigues, “*desde a fase preparatória da trama criminosa, já contava com a “ajuda” de ANGELO MARTINS DENICOLI*”, que teria participado do mencionado grupo técnico.

O primeiro ponto que merece realce sobre o documento é que ele se limita a informar a criação de um grupo técnico destinado a

trabalhar no

“aprofundamento da urna eletrônica”, com enfoque na “segurança e confiança”.

Ora, a ABIN é um órgão de Estado, a quem compete analisar temas de suma relevância para a segurança do Estado Brasileiro. Segurança e confiabilidade do sistema eletrônico de votação adotado pelo Brasil é tema do mais alto grau de relevância para o país.

Para além disso, a ABIN possuía convênio com a Justiça Eleitoral cujo objeto era justamente o aprimoramento da segurança das urnas eletrônicas.

O documento, por si só, não possui sequer aptidão para ser considerado um ilícito ou evidência de indevida utilização da estrutura do sistema de inteligência brasileiro para fins antidemocráticos.

A única ressalva que se poderia arguir em relação ao seu conteúdo é a opinião pessoal externalizada pelo denunciado, no sentido de que antevia a possibilidade de o grupo de trabalho apontar “*vulnerabilidade na transparéncia técnica e na governança exclusiva do tribunal*”.

Não obstante a opinião externalizada pelo denunciado – e somente disso se tratou, de uma opinião –, ao que parece não fora constatada vulnerabilidade alguma, já que a acusação não se deu ao trabalho de demonstrar o resultado dos trabalhos, que, frise-se mais uma vez, eram do escopo institucional da ABIN e se harmonizavam com o convênio que o órgão possuía com a Justiça Eleitoral.

E mais. Esse documento foi utilizado pela denúncia para apontar que o denunciado Alexandre Ramagem Rodrigues contaria com a “ajuda” de Ângelo Martins Denicoli.

Ora, a única referência que poderia resvalar em proximidade do denunciado com a referida pessoa é esse documento. Nada mais. Não

há indício de que Ângelo Martins Denicoli tenha efetivamente produzido

informação de inteligência sobre a segurança das urnas a pedido de Alexandre Ramagem Rodrigues, nem mesmo há referência a qualquer outro elemento de informação, mínimo que seja, sobre eventual relação entre essa pessoa e o denunciado. Não há qualquer alusão a indício mínimo da efetiva criação do mencionado grupo de trabalho integrado por Ângelo Martins Denicoli, e nem poderia, já que isso não ocorreu!

No entanto, a partir disso, a denúncia afirma peremptoriamente que Alexandre Ramagem Rodrigues contaria com a ajuda de Denicoli para atuar na construção de mensagem em detrimento do sistema eletrônico de votação. Com a vênia devida, é temerário impor a prática de tão graves crimes a alguém com base em elemento de informação de tamanha timidez.

A denúncia mencionou, por derradeiro, um terceiro arquivo de texto, do tipo “nota”, intitulado “PR Presidente”, “*com metadados de criação em 5.5.2020 e modificação final em 21.3.2023*”.

Segundo o *Parquet*, para além de “*novas anotações contrárias às urnas eletrônicas e favoráveis à intervenção das forças armadas*”, identificou-se “*sugestão de que o Presidente se utilizasse da estrutura da Advocacia-Geral da União (AGU) para emitir atos que tornassem devido o descumprimento, pela Polícia Federal, de ordens judiciais que desagradassem o grupo*”.

Com a vênia devida, é possível cogitar de interpretação enviesada do conteúdo da mensagem.

O texto aponta exageros, na visão do denunciado, que estariam sendo cometidos em investigações policiais. Confira-se:

“Bom dia, Presidente

Este é o inquérito derradeiro, a complementar os demais,

preparando fundamento para diversas medidas judiciais para

quando quiserem deflagrar (afastamentos, inelegibilidade, buscas e prisões).

Não conseguem imputar crimes (como até expressamente declarado nos autos), mas forçam a continuidade para investigar e inventam condutas com aspectos ilícitos.

Afirmam limite de crimes contra a honra e liberdade de expressão, não conseguem imputar crimes, mas criam narrativa de atividade ilícita para condenar. Corregedoria da PF, DG/PF, MJ e PGR podem arguir ilegalidade nas: instauração dos inquéritos, violação do sistema acusatório e escolha de delegados pelo STF sem distribuição.

Corregedoria da PF, DG/PF e MJ podem inclusive pedir parecer da AGU.

Após nada ser questionado, a delegada do STF avançou em absurdos da imputação de quebra de sigilo funcional e agora na imputação de ilícito de elaboração E divulgação de conteúdo ofensivo (porém, sem se tratar de crime contra honra ou outros)

Nesta parte final, o controle de imputação de crimes não é da PF, pela liberdade nos autos, mas do MP e Judiciário, por não ser vícios gerais como os citados antes.

Este controle dentro dos autos é da PGR e do STF.

Em todos os casos, um parecer técnico-jurídico darão suporte para apontar violações constitucionais e legais.

Os pareceres respaldarão o não atendimento de medidas judiciais por estarem manifestamente contrárias à lei.

As unidades da PF responsáveis pela execução de mandados não estão diretamente ligadas às determinações dos inquéritos.

Necessitam apenas de respaldo legal (pareceres) e comando hierárquico para cumprir ou não as medidas do STF manifestamente contrárias à lei.

Note-se que o denunciado externalizou aquilo, que a seu ver, seriam medidas ilegais adotadas em investigações policiais, sugerindo ao Presidente da República que acionasse a Advocacia-Geral da União para que examinasse a questão. Para além disso, afirmou que agentes públicos precisariam de respaldo legal da AGU para que não se vissem compelidos a cumprir medidas manifestamente ilegais.

O conteúdo do texto permite inferir que o denunciado nada sugeriu de ilegal, limitando-se a recomendar ao então Presidente que se valesse de órgão jurídico do Estado para analisar a legalidade de atos praticados no curso de investigação policial, com a finalidade de que a Administração não fosse compelida à prática de medidas manifestamente ilegais.

Não há sugestão a suposto de uso da força ou de adoção de atos temerários pelo Presidente da República. A sugestão nenhuma relação tinha com eventual descumprimento infundado de ordens judiciais, passando, antes disso, por prévia análise jurídica de legalidade pelo órgão de Estado vocacionado a tanto. Não há ilegalidade na medida sugerida, com a vênia devida.

E mais: ao que parece, para além de se tratar de simples sugestão, para que fosse acionada a Advocacia-Geral da União para o exame de legalidade de eventuais determinações, a medida não se concretizou, não tendo sido posta em prática. Cuidou-se de simples

opinião, que jamais fora materializada, e que se referia ao exame jurídico de um ato, não se

insurreição imotivada ou se eventual utilização da força contra o seu cumprimento.

A denúncia se utilizou desse documento para apontar suposta conexão com manuscrito atribuído ao denunciado Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que sugeriria, após a atribuição de força vinculante pelo Presidente da República a eventual parecer da AGU, que o Diretor da Polícia Federal deveria se reportar às Forças Armadas e “*a “ prisão em flagrante” da autoridade policial “que se [dispusesse] a cumprir” as decisões judiciais que a organização criminosa qualificasse como manifestamente ilegais*”, além de trazer considerações sobre “*quem executar a ordem ilegal comete crime de responsabilidade*”.

Sem nenhum juízo de valor sobre o conteúdo desse manuscrito ou sobre sua autoria, ele não guarda relação de pertinência e nem de proporcionalidade com o terceiro arquivo de texto cuja autoria fora atribuída ao denunciado Alexandre Ramagem Rodrigues, onde afirmou que agentes públicos precisariam de “*respaldo legal (pareceres) e comando hierárquico para cumprir ou não as medidas do STF manifestamente contrárias à lei*”.

Frise-se: “*para cumprir ou não*”, a depender da análise jurídica da AGU, não para que necessariamente deixassem de cumprir ordens judiciais.

Note-se, dos termos expostos na denúncia, a divergência quanto à gravidade das medidas sugeridas nos dois documentos – cuja autoria fora atribuída a Augusto Heleno e Alexandre Ramagem. Alexandre Ramagem Rodrigues se limitou a sugerir fosse acionada a AGU para aferir a legalidade de certas determinações, para que agentes públicos as *cumprissem ou não*., não que necessariamente devessem deixar de cumpri-las (isso passava pela análise jurídica a ser empreendida por

órgão de Estado). Nada mais do que isso!

Em suma, a inicial acusatória imputou ao denunciado Alexandre Ramagem Rodrigues a participação em suposta organização criminosa envolvida em grave trama conspiratória contra o Estado Democrático de Direito apoiando-se em três documentos que: (i) apresentam mera opinião sobre a vulnerabilidade das urnas eletrônicas, sem qualquer indício de indevida utilização de serviços de inteligência do Estado subsidiar tais opiniões; (ii) notícia sobre criação de grupo de trabalho para o “aprofundamento da urna eletrônica”, matéria concernente aos objetivos institucionais da ABIN e objeto de convênio do órgão com a Justiça Eleitoral; e (iii) na sugestão de consulta à Advocacia-Geral da União para que agentes públicos tivessem “*respaldo legal (pareceres) e comando hierárquico para cumprir ou não as medidas do STF manifestamente contrárias à lei*”.

Com a vênia devida, o conteúdo dos citados arquivos de texto constitui indício tímido demais para imputar a Alexandre Ramagem Rodrigues a condição de integrante do “núcleo crucial” da alegada organização criminosa.

Ainda sobre os três arquivos de texto analisados na denúncia, a denúncia pontuou que:

“Em seu depoimento à Polícia Federal, ALEXANDRE RAMAGEM alegou que “costumava escrever textos de fontes abertas para comunicação de fatos de possível interesse do então Presidente da República e o interrogado informa que isso não quer dizer que tenha transmitido ao presidente a totalidade ou parte dos argumentos que foram redigidos”.

Ao contrário do que disse, porém, os arquivos foram compartilhados com JAIR BOLSONARO. Identificou-se a convergência do trecho do arquivo “Presidente TSE

informa.docx" com o conteúdo do documento

"DD1E3DDA-393D-49D8-A8B3-C64DF210AD14.large.JPG"
(print
de mensagem), encontrado num diálogo entre RAMAGEM e o
interlocutor de nome "JB 01 8", evidentemente o Presidente
JAIR MESSIAS BOLSONARO."

A única evidência mencionada na denúncia sobre a transmissão do conteúdo dos três arquivos de texto ao Presidente da República foi o citado *print* de mensagem
“*DD1E3DDA-393D-49D8-A8B3-C64DF210AD14.large.JPG*”.

Não se pode deixar de salientar que o depoimento de Alexandre Ramagem Rodrigues foi absolutamente desconsiderado em prol de um simples *print* de mensagem. A denúncia refutou tudo aquilo o denunciado declarou, considerando suas declarações inverídicas com base em um *print* de mensagem.

Com todas as vêrias devidas, a fragilidade desse elemento de informação salta aos olhos.

É evidente que o denunciado tinha o hábito de tomar nota de seus pensamentos. Mas daí a considerar que todas essas anotações foram transmitidas ao então Presidente da República – todas, frise-se, são apenas três arquivos de texto –, tomando por base um único *print* de mensagem, é excessivamente temerário.

Aliás, o inteiro teor da mensagem objeto do aludido *print*, inexplicavelmente deixou de integrar o relatório apresentado nos autos pela Polícia Federal.

Seria interessante que a mensagem tivesse sido citada em sua inteireza, uma vez que nela Alexandre Ramagem Rodrigues cometera o “grave ilícito” de noticiar e comentar o conteúdo de sustentação oral do representante do Sindicato dos Peritos Federais, realizada em sessão

de

julgamento do Supremo Tribunal Federal (ADI 5889), onde afirmou que os peritos federais teriam encontrado diversas falhas no sistema eletrônico de votação.

Note-se que não obstante o teor da mensagem questionasse a segurança do sistema eletrônico de votação, não há como admitir se cuidasse de “construção de mensagem” com finalidade espúria, uma vez que o denunciado se limitou a replicar o conteúdo de uma sustentação oral realizada no Plenário do Supremo Tribunal Federal, pelo representante de uma associação de classe que congrega profissionais de reconhecida expertise e de reputação ilibada, e que trouxe argumentos fáticos e técnicos relacionados à segurança do sistema eletrônico de votação⁸.

Vale ressaltar, ainda, que o denunciado Alexandre Ramagem Rodrigues sempre se posicionou publicamente pelo incremento da segurança do sistema eletrônico de votação.

As publicações em redes sociais por ele realizadas sempre pregaram o aprimoramento da segurança do sistema eletrônico de votação. O aprimoramento, ressalte-se, nada mais do que isso.

À época em que se discutia a adoção de voto impresso no Congresso Nacional, as publicações do denunciado defendiam o acolhimento da proposta, sob a justificativa de que a modificação defendida traria maior segurança para o processo eleitoral. Confira-se, a esse respeito, a seguinte postagem realizada na rede social “X”:

⁸ A sustentação oral a que se referiu o denunciado em sua mensagem se encontra no seguinte *link* do *Youtube*, a partir de 55'30": <https://www.youtube.com/watch?v=yNk8jiQAc-U>

 **Alexandre Ramagem** 
@delegadoramagem ...

Voto auditável significa segurança ao pleito eleitoral e evolução das urnas eletrônicas. Assegura integridade e transparência aos resultados do sufrágio universal. Compromisso com a representatividade popular e a democracia. Parabéns pela importante relatoria @filipebarrost

 **Filipe Barros**   @filipebarrost · 13 de mai de 2021

Acabo de ser escolhido como relator da PEC DO VOTO AUDITÁVEL (PEC 135/2019), de autoria da @Biakicis.

Agradeço ao líder @MajorVitorHugo, ao presidente da comissão @PauloMartins10 e ao presidente @ArthurLira_pela confiança....

[Mostrar mais](#)

2:16 PM · 14 de mai de 2021

Em 1º de agosto de 2021, às vésperas da votação do respectivo projeto no Congresso Nacional, Alexandre Ramagem Rodrigues publicou mensagem na mesma linha:

 **Alexandre Ramagem** 
@delegadoramagem ...

Voto auditável significa evolução das urnas eletrônicas e segurança ao pleito eleitoral. Assegura integridade e transparência aos resultados do sufrágio universal. Compromisso com a representatividade popular e a democracia. Eleições democráticas com contagem pública dos votos. 



5:20 PM · 1 de ago de 2021

Como se nota, as manifestações públicas de Alexandre Ramagem Rodrigues sobre o sistema eletrônico de votação se referiam ao aprimoramento do procedimento, que, em seu pensamento, demandava a adoção do “voto auditável”.

É importante registrar, contudo, que após a rejeição da proposta pelo Poder Legislativo, as manifestações do denunciado se modificaram. Ciente de que a medida havia sido legitimamente rejeitada, Alexandre Ramagem Rodrigues deixou de fazer alusão ao “voto auditável”, passando a realçar a necessidade de constante busca pela evolução, segurança e transparência do sistema, ressaltando o papel do órgão por ele dirigido nesse sentido, em auxílio a Justiça Eleitoral. Confira-se:

Alexandre Ramagem @delegadoramagem ...
A ABIN fornece criptografia de Estado a diversas entidades, inclusive ao TSE, mas não atua na fabricação da urna; no seu funcionamento durante a votação; nem na estrutura da sala-cofre. Buscar evolução, transparência e segurança é corolário de diversos princípios da Adm Pública.

Abin renova contrato com TSE para cuidar da segurança das urnas eletrônicas

Órgãos mantêm parceria há 23 anos; na contramão da aliança, o atual diretor-geral do órgão de segurança, Alexandre Ramagem, tem usado as redes sociais para atacar o modelo atual de votação

Wesley Galzo, O Estado de S.Paulo
22 de agosto de 2021 | 14h00

2:41 PM · 23 de ago de 2021

Em junho de 2022, já desligado do Governo Federal, Alexandre Ramagem Rodrigues publicamente afirmou que divergências sobre

questões técnicas do sistema de votação deveriam “ser discutidas entre equipes técnicas”. A conferir:

Alexandre Ramagem (@delegadoramagem)

Ofício do Min. da Defesa ao TSE. As Forças Armadas buscam contribuir por um País com eleições justas, democráticas e transparentes. Divergências devem ser discutidas entre equipes técnicas, não bastando participação de observadores, nacionais e estrangeiros, do processo eleitoral

MINISTÉRIO DA DEFESA
GABINETE DO MINISTRO
E-mail do Ministro - Bloco "Q" - 4º andar
Av. Presidente Vargas, 150 - Centro
Tel: (61) 3312-4300 - [www.mil.def.br](#)

OFÍCIO N° 14845/GM-MD

A Sua Excelência o Senhor
Ministro EDISON FACHIN
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral
70070-600 - Brasília/DF

Assunto: Considerações sobre as respostas técnicas do TSE manifestadas no Anexo ao Ofício-Circular GAB-SPRGAB-PRES nº 362/2022, de 9 de maio de 2022.

Senhor Presidente,

1. Compreendendo cordialmente Vossa Excelência, passo a tratar das respostas técnicas manifestadas pelo seu Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no Anexo ao Ofício-Circular GAB-SPRGAB-PRES nº 362/2022, de 9 de maio de 2022.

2. Infere-se, desse modo, que essa Corte Eleitoral ampliou o mapa do tradicional apoio das Forças Armadas ao processo eleitoral, que historicamente, provê suporte logístico e segurança, garantindo a votação e a operação das eleições, no convívio com integrar a Comissão de Transparéncia das Eleições (CTE), por meio da Portaria nº 378-TSE, de 8 de setembro de 2021, que em seu artigo 1º, apresenta as finalidades de:

“I – Ampliar a transparéncia e a segurança de todos os estágios da preparação e realização das eleições;

II – Assistir a participação de especialistas, entidades de sociedade civil e instituições públicas na fiscalização e auditoria do processo eleitoral;

III – Contribuir para recuperar a integridade do processo eleitoral.”

3. Deve ficar, as Forças Armadas foram convidadas por esse Tribunal para integrar, ao lado de outras instituições, a CTE, com o propósito de contribuir para o estreito de aprimoramento da segurança e de reforçamento da transparéncia do processo eleitoral brasileiro.

“De modo resumido, o presidente do TSE, ministro Edson Fachin, afirmou que as Forças Armadas continuariam à disposição do TSE para o prosseguimento dos trabalhos na Comissão, assim como para participar das fases do processo eleitoral, como entidades locais/divididas, conforme definido pelo próprio Tribunal.”

Por fim, encerro afirmando que a todos nós não interessa concluir o pleito eleitoral sob a sombra da desconfiança das eleitivas. Eleições transparentes são questões de soberania nacional e de respeito aos eleitores.

Atenciosamente,

7:12 PM · 10 de jun de 2022

O cenário demonstra que o posicionamento público de Alexandre Ramagem Rodrigues era muito distante daquilo que o Ministério Público o acusou de fazer. Longe de trabalhar na “construção de uma mensagem” de descrédito das urnas eletrônicas, o denunciado reiteradamente se manifestou publicamente pela necessidade de aprimoramento do sistema, defendendo a adoção do “voto auditável”, que se encontrava em discussão no Parlamento, e, após a rejeição da medida, passou a realçar a importância de evolução do sistema de votação, ressaltando o auxílio a Justiça Eleitoral prestado pelo órgão que dirigia e, após deixar o Governo, disse de forma

expressa que divergências sobre questões técnicas do sistema de votação deveriam “ser discutidas entre equipes técnicas”.

Esta última mensagem, aliás, em muito destoa da linha de ataque e descredibilização do sistema eletrônico de votação que, segundo a denúncia, teria sido adotada pelo denunciado.

3.1.2. “ABIN paralela”

Após ressaltar pronunciamentos públicos do então Presidente da República, que seriam dirigidos contra autoridades e instituições, a denúncia afirmou que os mesmos alvos apontados publicamente por Jair Bolsonaro seriam atingidos de forma simultânea em ambiente virtual, “*com a criação e multiplicação de notícias falsas*”, circunstância que revelaria uma ação coordenada.

Segundo o *Parquet*, a construção desses ataques virtuais envolvia a utilização indevida da estrutura de inteligência do Estado, tendo sido instalada uma “*estrutura paralela no órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência – a ABIN*”.

A acusação afirmou que a estrutura seria composta por policiais federais cedidos à ABIN e oficiais de inteligência que atuariam sob o comando do denunciado Alexandre Ramagem Rodrigues, realçando a atuação do policial federal Marcelo Araújo Bormevet e do Sargento do Exército Giancarlo Gomes Rodrigues.

Ainda segundo a denúncia, a “*célula infiltrada na Agência Brasileira de Inteligência foi descoberta a partir da identificação de desvios no uso da aplicação FIRST MILE, que permitia o acesso ao serviço de localização georreferenciada de dispositivos móveis em tempo real*”, ferramenta que teria

sido “utilizada para obter a localização dos personagens-alvo que, de alguma forma, contrariavam os interesses da organização criminosa”.

Sobre as atividades da suposta estrutura paralela de inteligência, o Ministério Público pontuou que Giancarlo Gomes Rodrigues, subordinado ao policial Marcelo Bormevet, “*foi diretamente responsável por 887 (oitocentos e oitenta e sete) pesquisas no sistema FIRST MILE, além de outros possíveis acessos realizados por meio de senhas compartilhadas*”.

A denúncia assinalou que os alvos, indicados por Bormevet, não guardariam relação com “*decisões estratégicas de Estado ou do trabalho regular na Agência Brasileira de Inteligência*”, e que ele e Giancarlo teriam produzido material “*posteriormente repassado a vetores de propagação em redes sociais (perfis falsos e perfis cooptados); os verdadeiros beneficiários políticos da desinformação eram, assim, distanciados dos ilícitos*”.

O Ministério Público disse que o grupo infiltrado na ABIN foi o autor de diversos ataques virtuais a alvos que contrariavam os interesses da organização e que “*as ações da célula de constrainteligência intensificaram-se a partir da radicalização dos discursos públicos de JAIR BOLSONARO, em meados de 2021*”.

A acusação realçou a existência de documento intitulado “Positivo.docx”, com metadados de criação em 2.8.2021, e modificação final na mesma data, que teria sido encontrado em meio ao material eletrônico vinculado ao denunciado Alexandre Ramagem Rodrigues.

Sobre o documento, a inicial acusatória pontuou:

“*O documento de três páginas contém informações a respeito da empresa Positivo Tecnologia, que fabricou parte das urnas eletrônicas para o pleito eleitoral de 2022. Os dados*

encontrados se referiam ao corpo societário da empresa, seus controladores, acionistas, bem como

o histórico de doações eleitorais de sócios e pessoas relacionadas à empresa.

As informações compiladas serviram de fonte para criar informações inverídicas relacionadas aos Ministros do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, com o objetivo de desacreditá-los e o processo eleitoral. (...)"

A acusação deu especial destaque a diálogos que teriam sido mantidos entre Marcelo Bormevet e Giancarlo Rodrigues, a fim de demonstrar como o aludido documento teria sido utilizado pelos referidos agentes de inteligência para a criação de e disseminação de desinformação, para, ao final, ressaltar que:

"As ações ilícitas realizadas pela denominada "ABIN Paralela", de forma indubitável, consistem em atos executórios relevantes do plano de crimes contra as instituições democráticas, por potencializarem a animosidade social contra as instituições, enfraquecendo-as e restringindo-lhes o exercício."

A denúncia concluiu afirmando que ações ilícitas dos agentes de inteligência não teriam se resumido à produção de informações falsas e à promoção de ataques virtuais, já que o sistema brasileiro de informação também teria sido utilizado "*em momento posterior do iter criminis, para o monitoramento clandestino de autoridades públicas, alvos de ações programadas com mais violência*".

Pois bem. O primeiro ponto digno de realce se refere à alegada utilização indevida da ferramenta *First Mile*.

A seguinte tabela apresenta dados referentes ao Contrato n. 567/2018, relacionada à utilização, pela ABIN, da mencionada ferramenta:

Contrato	Solução	Processo	Funcionalidade	Data Inicial	Valor da Contratação	Data Final	Unidade Requisitante	Item correspondente no POA	Processo	Prova de Conceito	Fornecedor selecionado	Parecer Jurídico Favorável
567/2018	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - SOFTWARE PRONTO - EQUIPAMENTO/COMPONENTE - PROCESSADOR DE IMAGEM.	00091.001759/2018-75	Contratação de Solução de Localização de Alvos e Vigilância Remota - FirstMile	26/12/2018	5.727.000,00	10/05/2021	DADJ	Plano de Inteligência para ação federal de Segurança Pública – Rio de Janeiro (PLANO RIO)	00091.001759/2018-75	1º sem. 2018	SUNTECH S.A.	270/2018/TGSS/ASUR

É possível notar que a aquisição da solução de tecnologia ocorreu em 26 de dezembro de 2018, antes do início da gestão de Alexandre Ramagem Rodrigues na ABIN, que somente tomou posse como Diretor- Geral do órgão em 9 de julho de 2019⁹.

É relevante apontar, ainda, que o encerramento do contrato que permitia que a ABIN utilizasse a ferramenta se deu em 10 de maio de 2021.

Aliás, em 20 de outubro de 2023, a ABIN emitiu nota pública em que noticiou que, de fato, a ferramenta First Mille deixou de ser utilizada pelo órgão em maio de 2021. Confira-se¹⁰:

NOTA OFICIAL

Apuração sobre uso de ferramenta de geolocalização

Agência concluiu Correição Extraordinária, abriu sindicância investigativa e está colaborando integralmente com a Polícia Federal e o Supremo Tribunal Federal

Publicado em 20/10/2023 10h52 Atualizado em 20/10/2023 11h01

Compartilhe:

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) informa que, em 23 de fevereiro de 2023, a Corregedoria-Geral da ABIN concluiu Correição Extraordinária para verificar a regularidade do uso de sistema de geolocalização adquirido pelo órgão em dezembro de 2018.

A partir das conclusões dessa correição, foi instaurada sindicância investigativa em 21 de março de 2023. Desde então, as informações apuradas nessa sindicância interna vêm sendo repassadas pela ABIN para os órgãos competentes, como Polícia Federal e Supremo Tribunal Federal.



Todas as requisições da Polícia Federal e do Supremo Tribunal Federal foram integralmente atendidas pela ABIN. A Agência colaborou com as autoridades competentes desde o início das apurações.

A ABIN vem cumprindo as decisões judiciais, incluindo as expedidas na manhã desta sexta-feira (20). Foram afastados cautelarmente os servidores investigados.

A Agência reitera que a ferramenta deixou de ser utilizada em maio de 2021. A atual gestão e os servidores da ABIN reafirmam o compromisso com a legalidade e o Estado Democrático de Direito.

Compartilhe:

⁹ 03. Nomeação ABIN
¹⁰ 09. Nota da ABIN 20-10-23

Esse dado é de extrema relevância, uma vez que a denúncia expressamente afirmou que os atos ilícitos praticados pela alegada organização criminosa teriam se iniciado justamente no ano de 2021, com especial realce para a *live* transmitida no dia 29 de julho de 2021.

O cenário revela que a suposta utilização indevida da ferramenta não guarda relação com o contexto fático descrito na denúncia, no sentido de que o sistema “*era tão-somente uma das ferramentas utilizadas nas ações clandestinas do grupo*”.

É importante registrar, ainda, que para além de o *First Mile* não ter sido adquirido na gestão de Alexandre Ramagem Rodrigues na ABIN, o denunciado, em 16 de março de 2020, preocupado com a observância dos limites legais impostos ao sistema brasileiro de informação e com a grande diversidade de ferramentas e tecnologias utilizadas aparentemente sem o controle devido, encaminhou ofício ao Secretário de Planejamento e Gestão da ABIN, solicitando que verificasse “*se todas as soluções disponíveis nesta agência obedecem aos limites legais impostos à atividade de inteligência*”. A conferir¹¹:

¹¹ 04. Ofício Auditoria - Mapeamento de processos



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

Ofício nº 81/2020/GAB-DIVAP/GAB/DG/ABIN/GSI/PR

Brasília, 16 de março de 2020.

Ao Senhor
ROLANDO ALEXANDRE DE SOUZA
Secretário de Planejamento e Gestão
Agência Brasileira de Inteligência
Brasília/DF

Assunto: Mapeamento de processo de aquisição de ferramentas de TIC.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00091.004408/2020-31.

Senhor Secretário,

Solicito que a Secretaria de Planejamento e Gestão consulte as Unidades da ABIN envolvidas no processo de aquisição e utilização de sistemas, hardwares e equipamentos, a fim de verificar se todas as soluções disponíveis nesta agência obedecem aos limites legais impostos à atividade de inteligência.

O levantamento deve conter lista de ferramentas e equipamentos, resultado da prova de conceito, conclusão do parecer jurídico e indicação de que a aquisição foi aprovada pelos órgãos de controle.

Adicionalmente, determino que se estabeleça mapeamento de processo padrão para futuras aquisições, com devida adequação aos princípios da administração pública e obediência à legislação vigente.

Atenciosamente,

ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES
Diretor-Geral

Ofício 81 (0130168) SEI 00091.004408/2020-31 / pg. 1

Após a realização de correição geral, procedeu-se à análise específica na ferramenta *First Mile* (Contrato n. 567/2018).

A Diretoria-Adjunta da ABIN (DADJ), responsável pela atividade-fim do órgão, respondeu que “*todas as soluções contratadas foram regular e habitualmente aplicadas na obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar a Administração Pública na tomada de*

*decisão, com o objetivo de impactar positivamente as políticas públicas relacionadas*¹².

Mesmo diante dessa resposta, as análises prosseguiram sobre o Departamento de Operações (DOINT), órgão com exclusividade e discricionariedade sobre o uso da ferramenta *First Mile* e o único detentor de senhas do sistema¹³.

A constante ausência de respostas aos questionamentos levou à exoneração do Diretor Paulo Mauricio Fortunato, do DOINT, em 24 de agosto de 2021¹⁴.

Encerrada a apuração pela Controladoria da ABIN, Alexandre Ramagem Rodrigues, em 30 de agosto de 2021, provocou o Corregedor- Geral da ABIN, para que conduzisse “*apuração própria do contrato de número 567/2018, à luz dos limites legais impostos pela legislação vigente, tendo em vista a maior sensibilidade do seu objeto em comparação com todos os demais*”. Confira-se¹⁵:

¹² 05. Despacho Resposta DADJ DOINT

¹³ 06. Despacho Resultado Diligências, de onde se extrai:

“2.4.7. Em relação ao contrato de número 567/2018, informou o gestor do contrato (SEI 0225792) que a solução é utilizada por média de 8 profissionais em exercício no Departamento de Operações de Inteligência.”

¹⁴ 07. Portaria Exoneração Paulo Maurício 24-08-21

¹⁵ 08. Despacho DG Encaminhamento Corregedoria 30-08-21

da Informação e Comunicações cuja vigência ou uso se deram a partir de janeiro de 2015 (Planilha Informações sobre contratações de TIC 2015-2020 SEI nº 0274225).

4. Desse total, apenas sete contratos se referiam a soluções aplicadas diretamente na produção de inteligência, todos eles celebrados durante as gestões da Agência Brasileira de Inteligência no período de 2015 a 2018. Para esses contratos, foi solicitado aos gestores o necessário aprofundamento da análise e, segundo as respostas prestadas pelas áreas responsáveis, todas as contratações observaram os limites legais impostos à atividade de inteligência.

5. De todo modo, reafirmando o compromisso dessa gestão com a irrestrita obediência aos limites legais impostos à atividade de inteligência, encaminho o presente processo à Corregedoria-Geral, para que conduza apuração própria do contrato de número 567/2018, à luz dos limites legais impostos pela legislação vigente, tendo em vista a maior sensibilidade do seu objeto em comparação com todos os demais. Trata-se de ferramenta contratada pela gestão da Agência Brasileira de Inteligência no ano de 2018 e não renovada pela atual gestão, cujo objeto é a “obtenção remota de alvos sob vigilância” e o conceito de emprego “vigilância remota de alvos quando a presença de agentes operacionais apresenta risco aos mesmos ou ao cumprimento da missão e operação”.

6. Certo da colaboração dessa Corregedoria-Geral, a Direção-Geral se coloca à disposição para os encaminhamentos necessários, com vistas a garantir a adequada, independente e imparcial apuração.

Atenciosamente,

ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES

DIRETOR-GERAL

Documento assinado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES, Diretor-Geral**, em 30/08/2021, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Como se pode notar, Alexandre Ramagem Rodrigues externou, em diferentes ocasiões, sua preocupação com a indevida utilização da ferramenta em questão, não só provocando as autoridades administrativas competentes para que verificassem a licitude de sua utilização, como também tomando providências efetivas diante da inércia do órgão que a utilizava com exclusividade.

Com a vênia devida, esses atos não se coadunam com a conduta de quem teria anuído com a utilização indevida da ferramenta, ao contrário, já que seu objetivo era o de apurar a regularidade de seu uso.

Para além disso, é importante repisar que a utilização da ferramenta *First Mile* foi encerrada em maio de 2021, não tendo seu uso renovado na gestão de Alexandre Ramagem à frente da ABIN, apesar de encaminhamentos técnicos favoráveis à renovação.

Em outras palavras, se a intenção fosse a de utilizar indevidamente a ferramenta *First Mile*, como conjecturou a autoridade policial em seu relatório, seria de se esperar que a Direção da ABIN renovasse o contrato de uso da ferramenta, além de incrementar o uso da solução tecnológica, com a adoção de medidas como a destinação de mais recursos financeiros e ampliação da estrutura operacional, visando maximizar sua utilização.

No entanto, verificou-se cenário diametralmente oposto. Alexandre Ramagem Rodrigues não apenas deixou de renovar o contrato de uso da ferramenta em sua gestão à frente da ABIN, como também tomou medidas administrativas para aferir a regularidade e a legalidade de seu uso, provocando os agentes públicos competentes para tanto, iniciativas que, empiricamente, são capazes de causar certo receio e constrangimento na utilização da ferramenta.

Essa conduta não condiz com o objetivo de manter ou expandir suposto uso indevido da ferramenta. Ao contrário, a ausência de renovação, mesmo diante de pareceres técnicos favoráveis, reforça a inexistência de qualquer intento de exploração indevida do sistema, evidenciando uma gestão pautada pela cautela e pela legalidade.

Sobre as condutas imputadas aos servidores Marcelo Bormevet e Giancarlo Rodrigues, a acusação realçou a existência de documento

intitulado “Positivo.docx”, com metadados de criação em 2.8.2021, e

modificação final na mesma data, que teria sido encontrado em meio ao material eletrônico vinculado ao denunciado Alexandre Ramagem Rodrigues.

Após salientar que o documento conteria “*informações a respeito da empresa Positivo Tecnologia, que fabricou parte das urnas eletrônicas para o pleito eleitoral de 2022*”, contendo dados sobre o “*corpo societário da empresa, seus controladores, acionistas, bem como o histórico de doações eleitorais de sócios e pessoas relacionadas à empresa*”, a denúncia mencionou que as informações teriam servido de fonte “*para criar informações inverídicas relacionadas aos Ministros do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, com o objetivo de desacreditá-los e o processo eleitoral. (...)*”.

Para tanto, a inicial acusatório aludiu a diálogos que teriam sido mantidos entre Marcelo Bormevet e Giancarlo Rodrigues, a fim de demonstrar como o aludido documento teria sido utilizado pelos referidos agentes de inteligência para a criação de e disseminação de desinformação.

O primeiro ponto digno de realce é a natureza e o conteúdo do documento intitulado “Positivo.docx”.

O documento se referia a uma empresa que fabricava urnas eletrônicas e continha dados referentes ao seu corpo societário e informações sobre doações eleitorais realizadas pelas pessoas que o compunham. Nada mais!

Com a vênia devida, não há nenhuma irregularidade intrínseca ao documento. A segurança do sistema eletrônico de votação é questão de Estado, que evidentemente remete à análise das empresas fabricantes das urnas eletrônicas.

E, à época, havia notícia da possível aquisição da pessoa jurídica

Positivo pela chinesa Lenovo, circunstância que reforça o interesse do órgão de inteligência brasileiro na análise da fabricante das urnas, já que o

tema passou a resvalar em questão de soberania do Estado. Embora o fato não tenha se materializado, a ABIN não poderia se furtar ao exame daquelas notícias.

Isso porque, o assessoramento em relação ao processo eleitoral, orientado à garantia da segurança institucional e assessoramento do Presidente da República, além da prevenção contra ameaças estrangeiras, encontram-se inseridos nas temáticas de atuação especializada da ABIN, definidas especificamente na Lei n. 9.883/99 (notadamente os arts. 1º, 3º, 4º), que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e no Decreto n. 8.793, de 29 de junho de 2016 (especialmente os itens 2, a 2.7 e 6 a 6.11), que fixa a Política Nacional de Inteligência.

Foi justamente diante dessa obrigação legal de garantia da segurança institucional e assessoramento do Presidente da República que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) firmou acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para garantir a segurança das urnas eletrônicas e das Eleições de 2022. Confira-se¹⁶:

TSE e Abin assinam contrato para garantir segurança das urnas eletrônicas

O valor do termo de execução é de mais de R\$ 2,4 milhões e prevê apoio e orientação, técnicos e especializados, nas áreas de criptografia, segurança e auditoria de sistemas de votação por parte da Agência Brasileira de Inteligência

Por Jovem Pan 22/08/2021 20h56 - Atualizado em 22/08/2021 20h58



s- [urnas-eletronicas.html](#)

É preciso realçar que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) possui uma atribuição específica no âmbito do processo eleitoral, que visa, em apoio aos demais órgãos e ao TSE, a garantir a segurança e a integridade do sistema eleitoral brasileiro. A atuação da ABIN, nesse contexto, está fundamentada principalmente no art. 1º da Lei n. 9.883/99, que dispõe sobre a estrutura e as atribuições da agência.

De acordo com a citada legislação, a ABIN tem como uma de suas competências assessorar o presidente da República em assuntos relacionados à segurança nacional, o que inclui, de forma mais abrangente, o monitoramento de possíveis ameaças à ordem e estabilidade do Estado, incluindo o período eleitoral.

Ciente da obviedade desse contexto, o relatório apresentado pela autoridade policial procurou vincular o aludido documento a supostas ações clandestinas que teriam sido empreendidas pelos servidores Marcelo Bormevet e Giancarlo Rodrigues.

Salvo se se admitisse eventual responsabilização por *culpa in* vigilando, o que resvalaria na responsabilização penal objetiva, não há um mínimo indício sequer de que eventuais ações ilícitas empreendais pela dupla de servidores tenha decorrido de ordem emitida por Alexandre Ramagem Rodrigues.

Note-se: o denunciado era o Diretor-geral de um órgão nacional de inteligência, integrado por centenas de servidores. Para além das inúmeras funções administrativas que lhe competiam enquanto gestor máximo do órgão, Alexandre Ramagem Rodrigues também era demandado diariamente a representar institucionalmente a ABIN perante a Administração Pública e os demais Poderes da República.

Não se pode admitir, sem ao menos indício concreto de prova nesse sentido, que o denunciado deva responder pessoalmente pelos atos de centenas de agentes de inteligência da ABIN. É humanamente impossível que tivesse esse tipo de controle.

A partir de mera análise de um documento de natureza absolutamente institucional, adequado às atribuições do órgão de inteligência brasileiro, não se pode inferir que eventual e suposta ação ilícita praticada por servidor da ABIN tenha ocorrido por determinação de seu gestor maior.

Alexandre Ramagem Rodrigues não determinou a nenhum servidor da ABIN a produção de desinformação e a denúncia não apontou sequer evidência nesse sentido. Com a vênia devida, a tentativa de vincular a conduta isolada de servidores do órgão ao denunciado constitui mera ilação, presunção sem alicerce em indício concreto que aponte para a sua responsabilidade direta.

3.1.3. Conclusão

Em suma, os elementos de informação apontados na denúncia não permitem concluir que Alexandre Ramagem Rodrigues tenha integrado a organização criminosa apontada pelo Ministério Público.

Com a vênia devida, a inicial acusatória desconsiderou que o denunciado foi exonerado da ABIN em 30 de março de 2022. Em outras palavras, o *Parquet* não deu qualquer relevância ao fato objetivo de que Alexandre Ramagem Rodrigues não participou, nem mesmo indiretamente, do claro recrudescimento dos supostos fatos que narrou, observado a partir de julho de 2022. A própria narrativa empreendida na denúncia sequer faz alusão ao seu nome ao discorrer sobre os eventos que descreveu, que teriam ocorrido no ano de 2022.

Para além disso, a inicial acusatória apontou como evidências da suposta participação do denunciado na suposta organização tão-somente três arquivos de texto que teriam sido encontrados em seus computadores e, por que não dizer, o simples fato de ter sido Diretor-geral da ABIN entre julho de 2019 e março de 2022.

Os aludidos arquivos de texto apenas: (i) apresentam mera opinião sobre a vulnerabilidade das urnas eletrônicas, sem qualquer indício de indevida utilização de serviços de inteligência do Estado subsidiar tais opiniões; (ii) noticiam a criação de grupo de trabalho para o “aprofundamento da urna eletrônica”, matéria concernente aos objetivos institucionais da ABIN e objeto de convênio do órgão com a Justiça Eleitoral; e (iii) sugerem consulta à Advocacia-Geral da União para que agentes públicos tivessem “*respaldo legal (pareceres) e comando hierárquico para cumprir ou não as medidas do STF manifestamente contrárias à lei*”.

Segundo cenário descrito pela acusação, Alexandre Ramagem Rodrigues teria atuado na “construção da mensagem” sobre a fragilidade do sistema eletrônico de votação, desconsiderando que ele não apresentou nenhum novo argumento nesse sentido, limitando-se a repisar fatos que, segundo a própria denúncia, já seriam ventilados pelo então Presidente da República.

Para além disso, não se pode deixar de mencionar que a Polícia Federal apreendeu e periciou diversos equipamentos de informática e de comunicação utilizados pelo denunciado ao longo de sua gestão na ABIN, que se estendeu de julho de 2019 a março de 2022. Além do documento “Positivo.docx”, de caráter absolutamente institucional, os únicos “indícios” relatados na denúncia foram três arquivos de texto, acima analisados.

Com a vénia devida, é muito pouco para se cogitar de que Alexandre Ramagem Rodrigues supostamente tenha integrado o “núcleo crucial” da alegada organização criminosa.

A denúncia também não mencionou as várias manifestações públicas do denunciado em rede social ao longo dos anos de 2021 e 2022, cujo conteúdo era direcionado à importância do constante aprimoramento da segurança do processo eletrônico de votação. As manifestações públicas do denunciado não continham ataques às urnas eletrônicas, limitando-se a dar ênfase ao aprimoramento do sistema, para além de realçar que divergências técnicas deveriam ser dirimidas por órgãos técnicos.

Também não há evidência no sentido de que Alexandre Ramagem Rodrigues tenha utilizado o sistema de inteligência brasileiro na aludida “construção da mensagem” sobre a fragilidade do sistema eletrônico de votação.

Não obstante o Ministério Público tenha afirmado que a ferramenta *First Mile* tenha sido utilizada para monitorar opositores da suposta organização, a ferramenta teve seu uso descontinuado pela ABIN na gestão do denunciado, em maio de 2021, antes, portanto, dos fatos narrados na denúncia.

Para além disso, Alexandre Ramagem Rodrigues se empenhou na verificação da regular utilização da ferramenta pela ABIN, provocando a instauração de procedimentos administrativos necessários a tanto, o que resultou no afastamento do gestor do órgão que detinha a exclusividade de seu uso.

De outro lado, ao procurar responsabilizar Alexandre Ramagem Rodrigues diretamente por supostas condutas imputadas a servidores da ABIN, a inicial acusatória se limitou a mencionar um arquivo de

texto

encontra em seus computadores, afirmando que a partir dele teria sido produzido desinformação destinada a atacar Membros do Judiciário.

A inicial, contudo, deixou de assinalar que o documento não continha nenhuma irregularidade intrínseca, já que seu conteúdo guardava relação de pertinência direta com o escopo institucional da ABIN, circunstância reforçada pelo convênio celebrado entre o órgão de inteligência e a Justiça Eleitoral, visando o incremento da segurança do processo eletrônico de votação.

Com a vênia devida, somente a partir de indevida ilação é possível enxergar um liame, a partir da mera análise do documento, entre o denunciado e a conduta imputada a servidores do órgão de inteligência.

Não se pode deixar de ressaltar, ainda, que Mauro César Barbosa Cid, apontado na denúncia como porta-voz de Jair Bolsonaro, a quem competia transmitir orientações aos demais membros da suposta organização, não deu destaque algum à suposta participação de Alexandre Ramagem nos depoimentos prestados na condição de colaborador premiado.

A circunstância não deixa de causar espécie, já que Alexandre Ramagem Rodrigues fora apontado na denúncia como integrante do “núcleo crucial” da suposta organização criminosa – não obstante tenha deixado o Governo Federal em março de 2022.

Ora, sendo supostamente integrante da principal célula da alegada organização, causa estranheza o fato de o colaborador premiado, que segundo a denúncia era o e porta-voz e pessoa responsável pela transmissão de informações aos demais integrantes do grupo, não ter emprestado relevo algum à suposta participação do denunciado nos atos mencionados pela acusação.

3.2. Art. 359-L do Código Penal (“*Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais: [...]”*”)

Com todas as vêrias, não há como admitir a imputação de tão grave crime ao denunciado.

Os eventos delineados na denúncia que se amoldariam ao tipo legal em questão teriam ocorrido a partir de 5 de julho de 2022.

Alexandre Ramagem Rodrigues deixou o Governo Federal em 30 de março de 2022. Para além de a denúncia sequer fazer menção ao seu nome aos discorrer sobre esses eventos, o denunciado havia perdido a condição atribuída pela acusação aos supostos integrantes do “núcleo crucial” da organização que mencionou, a de integrante do alto escalão do Governo Federal.

Mais importante: Alexandre Ramagem Rodrigues havia acabado de ser eleito Deputado Federal, membro do Poder Legislativo. Fere a lógica e a razoabilidade a tentativa de lhe imputar qualquer responsabilidade por tão grave intento, que, segundo o Ministério Público, seria o de abolir as estruturas democráticas, impedindo o funcionamento de um Poder – o Legislativo – para o qual acabara de ser eleito, pelo voto popular, com o perdão da redundância.

É crucial ressaltar à exaustão: a Alexandre Ramagem Rodrigues se imputa o crime tipificado no art. 359-L do Código Penal, cujo preceito primário dispõe “*Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais”*”.

A denúncia, contudo, sequer menciona o fato de que o denunciado havia sido eleito Deputado Federal em 2022. Alexandre Ramagem Rodrigues acabara de ser escolhido legítimo representante de um dos Poderes da República. Não há sentido algum sequer cogitar da imputação desse crime ao denunciado.

Não se pode perder de vista que sua eleição demandou considerável emprego de tempo e de recursos pessoais e materiais. Note-se que não se está apenas a falar de uma campanha eleitoral, árdua por si só, mas de todo um planejamento, articulações políticas, afim, tudo aquilo que envolve uma pré-campanha.

É importante realçar que a decisão de disputar um cargo de tamanha magnitude não surge do dia para a noite. Esse era um objetivo pessoal de Alexandre Ramagem Rodrigues, gestado ao longo de anos.

Após tanto empenho pessoal, com todo o desgaste possível que a pré-campanha e a campanha eleitoral trouxeram ao denunciado, imputar-lhe tão grave crime, para além de ferir a lógica, representaria jogar na “lata do lixo” todo esse esforço e, sobretudo, a chance de integrar o Parlamento Nacional.

Com todas as vêniás devida, não é minimamente razoável cogitar da imputação ao denunciado do referido tipo legal.

3.3. Art. 359-M do Código Penal (“*Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído: [...]”*”)

Reiterando-se as vêniás devidas, a imputação do crime tipificado no art. 359-M do Código Penal segue a mesma lógica da argumentação exposta no capítulo anterior.

Excelências, a narrativa exposta na denúncia sequer faz alusão ao nome de Alexandre Ramagem Rodrigues nos eventos que narrou, relacionados ao uso da força para manutenção de um grupo político no poder.

E nem poderia, uma vez que o denunciado, após deixar o Governo Federal, cuidou de seu projeto pessoal de se eleger deputado federal.

Sem qualquer juízo de valor sobre a ocorrência dos fatos narrados na denúncia, a preocupação do denunciado era com a intensa disputa eleitoral que se avinhava.

É importante ressaltar este dado objetivo: Alexandre Ramagem Rodrigues foi eleito deputado federal em 2022. Ele obteve um êxito eleitoral que, à margem de qualquer dúvida, implicou muito planejamento, negociações e articulações políticas, emprego de recursos pessoais e materiais.

E o êxito foi alcançado, prova máxima do empenho do denunciado na corrida eleitoral.

Após se sagrar vencedor na disputa, para além da incontida satisfação pessoal que experimentava após o pleito, o denunciado se viu às voltas com um novo desafio, preparar-se concretamente para o exercício do mandato eletivo, para o inédito exercício do cargo de legislador, o que implicou a montagem de um gabinete parlamentar, não só em Brasília, mas também em sua cidade de origem, o Rio de Janeiro.

Note-se, não se trata apenas de que a denúncia sequer mencionou o nome de Alexandre Ramagem Rodrigues ao tratar da suposta materialização de atos que visariam depor o governo legitimamente eleito. Para além disso, o denunciado vivia um momento

absolutamente especial em sua vida, pois acabara de ser eleito deputado federal e, com isso, se

encontrava às voltas com um novo desafio, preparar-se para o exercício do novo e tão almejado cargo.

3.4. Dano qualificado e destruição, inutilização e deterioração de patrimônio da União (art. 163, parágrafo único, I, III e IV, do Código Penal e art. 62, I, da Lei n. 9.605/98)

Os fatos presenciados na Capital Federal no dia 8 de janeiro de 2023 marcaram a história do Brasil, não há dúvida quanto a isso. Em pleno seu mais funcionamento, a estrutura dos Poderes do Estado foi aviltada pelas manifestações ocorridas na Praça dos Três Poderes naquela fatídica data.

Os tristes acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023 na Capital Federal refletiram um momento de grande tensão e comoção, no qual a situação acabou fugindo de qualquer controle. Manifestações políticas, quando conduzidas dentro dos limites democráticos, fazem parte do exercício da cidadania, mas, naquela ocasião, o acirramento dos ânimos levou a excessos e danos que não poderiam ter ocorrido.

Longe de se procurar imputar responsabilidades nesta peça de defesa, aqueles fatos serão sempre uma nódoa na história do Brasil.

Mas Alexandre Ramagem Rodrigues não tem responsabilidade alguma por aqueles eventos.

É importante rememorar as manifestações públicas do Deputado Federal então recém-eleito, ainda quando Diretor-Geral da ABIN, sobre o sistema eletrônico de votação. Alexandre Ramagem Rodrigues jamais concitou às pessoas a se rebelarem contra o sistema eletrônico de votação.

Por ocasião da deliberação no Congresso Nacional sobre a

adoção ou não daquilo que se convencionou chamar de “voto auditável”, as manifestações públicas do denunciado tiveram caráter absolutamente

democrático, quando defendeu a adoção do novo sistema proposto como forma de aprimorar a segurança e transparência do sistema eletrônico de votação.

Note-se, o denunciado não pregou a rebeldia da população contra o sistema posto, tampouco lhe desferiu ataques. As publicações foram reproduzidas nesta peça e demonstram que Alexandre Ramagem Rodrigues justificou seu posicionamento pessoal, de forma serena e equilibrada. Sem ataques, sem aleivosias.

E mais, após o projeto de modificação do sistema de votação ter sido legitimamente rejeitado pelo Congresso Nacional, Alexandre Ramagem Rodrigues deixou de externar sua posição pessoal.

As manifestações públicas do denunciado não concitavam rebeldia, não traziam ataques às urnas, não pregavam o ódio. Quando houve espaço para externalizar, de forma fundamentada, sua opinião pessoal, uma vez que o Parlamento debatia a questão, Alexandre Ramagem Rodrigues assim o fez, de forma sempre serena, como demonstram as publicações colacionadas nesta peça defensiva.

Quando não havia mais espaço para isso, o denunciado se limitou a enaltecer o trabalho que desenvolvia em seu órgão, no sentido de que a ABIN trabalhava para o constante aprimoramento do sistema eletrônico de votação, inclusive por meio de parceria formal com a Justiça Eleitoral.

Para além disso, embora Alexandre Ramagem Rodrigues tivesse sido eleito deputado federal nas Eleições de 2022, contando evidentemente com sólida base eleitoral, jamais se manifestou publicamente incentivando a rebeldia dos eleitores que deixaram de ver seu candidato majoritário eleito.

Insista-se, para além de a denúncia não ter sequer mencionado o nome de Alexandre Ramagem Rodrigues nos eventos que narrou, ocorridos no ano de 2022, o denunciado, no dia 8 de janeiro de 2023, encontrava-se às vésperas de tomar posse como deputado federal. Era a realização de um substancial projeto pessoal.

Diante de desse cenário é de se indagar: qual o interesse de um deputado federal recém-eleito, pela primeira vez, de instigar ou anuir com a suposta conduta de quem quer que fosse para atentar contra o Congresso Nacional?

A resposta, evidentemente, só pode ser uma: nenhum interesse!

Alexandre Ramagem Rodrigues assistiu consternado aos eventos ocorridos na Capital Federal no dia 8 de janeiro de 2023. E é importante ressaltar: com especial consternação, pois a Casa para a qual tanto lutou para democraticamente pertencer, era vítima do descontrole de pessoas que por certo não tinham a dimensão da gravidade dos atos que praticavam.

Com a vênia devida ao inegável brilhantismo jurídico do Procurador-Geral da República, não se percebe razoabilidade alguma na imputação desses crimes a alguém que fora, pela primeira vez, eleito deputado federal, e que assistiu com preocupação e surpresa à depredação ocorrida na Casa Legislativa que tanto batalhou para integrar.

4. Pedidos

Por todo o exposto, Alexandre Ramagem Rodrigues requer a Vossas Excelências:

- a) a improcedência das acusações, em razão de o denunciado

não ter praticado os crimes que lhe foram imputados na inicial

acusatória (art. 6º da Lei n. 8.038/90 c/c art. 397, III, do CPP), ou subsidiariamente;

- b) a rejeição da denúncia em relação ao denunciado, por ausência de justa causa, já que não há indícios concretos de sua participação na alegada organização criminosa, nos termos do art. 395, III, do CPP;
- c) a produção das provas em direito admitidas, em especial a prova documental juntada nesta ocasião, além da oitiva das testemunhas constantes do rol que se segue.

Brasília, 6 de março de 2025.

Paulo Renato Cintra

OAB/DF 17.239

Rol de testemunhas:

1. Carlos Afonso Gonçalves Gomes Coelho, Delegado de Polícia Federal e ex-Secretário Planejamento e Gestão da ABIN;
2. Frank Márcio de Oliveira, oficial de inteligência e ex-Diretor-Adjunto da ABIN;
3. Rolando Alexandre de Souza, Delegado de Polícia Federal.

